

Cresce violência contra mulheres com deficiência, mas pandemia dificulta registros

(Estadão | 25/03/2021 | Por Luiz Alexandre Souza Ventura)

A violência contra a mulher com deficiência cresceu nas cidades paulistas, segundo informações da Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência, organizada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo (SEDPcD), mas as medidas de prevenção durante a pandemia de covid-19, com regras de isolamento e distanciamento social, estão dificultando os registros dos casos.

De acordo com SEDPcD, na comparação de 2019 com 2020, houve crescimento de 67,9% nas denúncias de lesão corporal e de 34,2% nas notificações de ameaça, mas o número de boletins de ocorrência lavrados caiu 33,4%, de 12.494 para 8.352. A violência doméstica e o estelionato são os principais relatos.

De acordo com a Base de Dados, SP tem 1.710.601 mulheres com deficiência, o que equivale a 56,86% do número total de pessoas com deficiência no estado.

Uma forma de ajudar as mulheres com deficiência é acompanhar o TODAS in-Rede, que capacita profissionais da Rede de Proteção e das Delegacias de Defesa da Mulher, para atendimento qualificado às vítimas.

Outra forma é acionar a DPPD (Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência), que fica na Rua Brigadeiro Tobias, nº 527, no centro histórico da capital paulista. Uma das medidas para ampliar o acesso à delegacia foi a implementação de atendimento à distância.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

OAB discutirá proteção e promoção dos direitos das mulheres com deficiência

[\(OAB | 04/03/2021 | Acesse no site de origem\)](#)

A OAB Nacional, por meio da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, promoverá o evento - [“Dia Internacional da Mulher: A Proteção e Promoção dos Direitos da Mulher com Deficiência”](#). O debate acontecerá na próxima segunda-feira (8), a partir das 14h e será transmitido pelo canal da OAB Nacional no YouTube.

Serão dois painéis reunindo advogados, professores, parlamentares e especialistas. No primeiro será discutida a participação política da mulher com deficiência do ponto de vista dos desafios, possibilidades e perspectivas da participação no legislativo, movimento sindical, na liderança de entidades e a violência política nesses espaços.

No segundo painel o tema será mulheres com deficiência e o cuidado no qual serão discutidos aspectos como o direito ao cuidado como estratégia de enfrentamento a violência e possíveis impactos na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos; a reprodução social e o impacto no exercício da maternidade; e as normas protetivas, medidas de enfrentamento à violência doméstica e os desafios para criação de legislação que garanta o direito das mulheres com deficiência.



24% das empresas não têm funcionárias negras, diz pesquisa; 1 em 4 não têm mulheres em cargos de chefia

Dados mostram ainda que 69,4% das companhias entrevistadas não contam com colaboradoras com alguma deficiência física

[\(G1 | 28/10/2020 | Por Marta Cavallini\)](#)

Pesquisa da Triwi, consultoria em marketing digital, mostra que 24% das empresas entrevistadas não têm mulheres negras no quadro de funcionários - cerca de 1 em cada 4. E quase 70% não contam com colaboradoras com alguma deficiência física.

Segundo o levantamento, 27,4% das empresas entrevistadas contam com mais de 51% do quadro de funcionários representado por mulheres e 53,2% das empresas contam com até 30%.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

‘Você trabalha? Nossa, parabéns!’: As frases capacitistas que estamos

cansadas de ouvir

Estas mulheres relatam comentários que reafirmam o preconceito contra pessoas com deficiência

[\(HuffPost | 17/10/2020\)](#)

O preconceito contra pessoas com deficiência vai muito além do olhar e da exclusão desse grupo na sociedade. Denominado capacitismo, ele se faz presente no dia a dia das PCDs por meio de palavras, expressões, perguntas e comentários carregados de discriminação. No entanto, essas frases aceitas pelo senso comum prejudicam a inclusão e a saúde mental de milhares de homens e mulheres.

A convite da AACD, instituição que atua na reabilitação de crianças e adultos com deficiência física ou necessidades ortopédicas, Beatriz Bebiano, Helô Rocha e Manu Aguiar listaram as situações e comentários mais comuns que ocorrem com frequência em suas vidas enquanto mulheres com deficiência.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

Mulheres com deficiência têm mais dificuldade para denunciar violência doméstica na pandemia

Em São Paulo, número de boletins de ocorrência registrados por elas nos meses de março e abril despencou; para especialistas ouvidos por CELINA, queda não indica redução da violência e sim maior dificuldade em registrar denúncias

[\(Celina/O Globo | 10/07/2020 | Leda Antunes | Acesse a matéria no site de origem\)](#)

O [aumento da violência doméstica](#) durante a pandemia do novo coronavírus também atinge as mulheres com deficiência. Porém, uma queda expressiva no números de denúncias registradas no estado de São Paulo no período pode indicar que elas estão enfrentando maiores dificuldades para [pedir ajuda](#) e reportar situações de abuso às autoridades.

Somente 148 boletins de ocorrência de violência doméstica foram registrados por mulheres com deficiência em abril deste ano. Outros 348 foram registrados em março. Os números são bem menores que a média mensal de 460 denúncias recebidas ao longo de todo o ano de 2019.

O volume de denúncias nos quatro primeiros meses do ano caiu quase 30% em relação a igual período do ano passado, de acordo com a Base de Dados da Pessoa com Deficiência. Foram 1.939 ocorrências entre janeiro e abril de 2019, contra 1.376 em 2020, das quais 64% foram registradas em janeiro e fevereiro, antes das medidas de isolamento serem adotadas. As informações foram compiladas pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo a pedido da reportagem de [CELINA](#).

— Não acredito que a violência tenha diminuído. Não houve essa mudança de comportamento em tão pouco tempo. De modo geral, vimos que a violência aumentou nesse período. Todo mundo em casa nem sempre dá certo, sabemos disso. Mas a culpa não é da Covid-19 ou da recomendação de isolamento, que é necessária, mas do agressor — afirma Célia Leão, secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de SP.

Para ela, a queda nos números reflete uma maior dificuldade das mulheres com deficiência saírem de casa para denunciar.

— Tudo é muito perigoso. As pessoas estão mais receosas de pegar transporte público, de se expor ao vírus. E as mulheres com deficiência tem uma dupla vulnerabilidade: pelo gênero e pela deficiência. A deficiência não é incapacitante, mas ela é limitante de alguma forma — explica.

Entenda: [O que é o capacitismo e como enfrentar essa forma de](#)

discriminação?

A psicóloga, consultora em saúde e educação sexual e integrante do Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência Laureane de Lima Costa, afirma que as mulheres com deficiência tem um risco maior de sofrerem mais episódios de violência doméstica e de permanecerem em relacionamentos abusivos. Risco este que se agrava na pandemia:

— As mulheres com deficiência são lidas como incapazes de exercer os papéis que se esperam das mulheres na nossa cultura, que ainda liga as mulheres às atividades domésticas. É uma combinação de sexismo e capacitismo, que produz uma desvalorização das mulheres com deficiência e uma supervalorização de seus companheiros (as), que são percebidos (as) como moralmente superiores por se relacionarem com alguém “assim” — explica a pesquisadora.

Na sua avaliação, isso contribui para minimizar ou até justificar violências cometidas pelo agressor, sobretudo quando quem agride também realiza a mediação das atividades da vida diária, oferecendo cuidado, como se isso compensasse a violência.

— Como não contamos com uma política pública do cuidado no Brasil, focada na promoção da agência das mulheres com deficiência a partir da ética do cuidado, denunciar a violência implicaria perder o cuidado, contribuindo com a permanência em relações violentas — completa.

Barreiras no atendimento

Costa elenca outras barreiras que impedem que mulheres com deficiência peçam ajuda em situações de violência doméstica, como a falta de acessibilidade arquitetônica nas delegacias e no transporte, a falta de intérpretes para garantir a comunicação das [mulheres surdas usuárias](#) de libras, a falta de formulários impressos em letras ampliadas, braile ou disponíveis em formato digital para garantir acesso às mulheres cegas ou com baixa visão, além da falta de treinamento para os profissionais de segurança.

Para aprimorar o atendimento a essas mulheres, a Secretaria da Pessoa com Deficiência de SP criou o programa “Todas in-Rede”, que realiza, entre outras ações, um curso de ensino à distância para profissionais das delegacias da mulher e da rede de proteção à mulher do Estado de São Paulo. A primeira edição do curso acontece em agosto e já tem mais de 200 servidores inscritos.

Além de aulas sobre as dinâmicas da violência doméstica, os diversos tipos de deficiência e as melhores práticas no atendimento às mulheres sem reabilitá-las, os profissionais terão acesso a noções básicas de comunicação em Libras (Língua Brasileira de Sinais). O “Todas in-Rede” também [reúne em seu site](#) uma série de informações úteis e educativas sobre mulheres com deficiência, inclusive uma lista dos canais de denúncia e acolhimento disponíveis. Todas as informações do portal tem acessibilidade.

O atendimento em libras desde o primeiro momento é um dos diferenciais da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, localizada na região central da capital paulista. Além dos intérpretes, a vítima de violência que procura ou é encaminhada para a delegacia especializada conta com acompanhamento multidisciplinar de psicólogos e assistentes sociais desde o registro da ocorrência.

Por lá, a redução nas denúncias de agressões também foi percebida no período da pandemia. Mas, segundo a delegada titular Maria Valéria Novaes Santos, isso não indica uma redução da violência:

— Não deixou de haver a violência, mas ela ficou contida em algum lugar. Vimos que essas vítimas se preservaram mais e não saíram de casa por causa da Covid-19. Talvez ela [não tenha condições de pedir ajuda](#). Mas os serviços continuam funcionando normalmente — afirma a delegada.

Santos explica que as denúncias podem ser feitas por boletim de ocorrência eletrônico, pelo Ligue 180 e que a delegacia também recebe os casos encaminhados pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público — Aí vamos até o local e verificarmos a situação de violência com a equipe de multidisciplinar — explica.

Entrevista: [‘Eu fui vítima de arma de fogo que nem sabia que meu marido tinha’, diz Maria da Penha](#)

Ela ressalta que em caso de emergência, o 190 pode ser acionado, mas a equipe da delegacia mais próxima será encaminhada até o local. O caso pode ser posteriormente redirecionado para a Delegacia da Pessoa com Deficiência.

A psicóloga Laureane de Lima Costa avalia que em uma situação de confinamento como a que vivemos, a [violência doméstica pode se agravar](#), pois a presença constante dos agressores em casa impede qualquer pedido de ajuda ou comunicação com outras pessoas, até mesmo pelo celular, que pode ser monitorado pelo agressor.

— A [pandemia agrava essas situações](#) porque as mulheres com deficiência ficam ainda mais distantes do convívio social, do trabalho, da escola e universidade, do contato com profissionais da saúde, como fisioterapeutas, por exemplo. Apesar desse agravamento, é importante ressaltar que esse período de isolamento social, que o mundo está conhecendo agora, historicamente, é imposto às mulheres com deficiência, por meio das diversas barreiras que obstruem nossa participação plena e em igualdade de condições com as demais pessoas — afirma a pesquisadora.

“Nós, pessoas com deficiência, temos mais dificuldade para sair do armário. Somos tratados de maneira pior”

Numa sociedade que tende a infantilizar essa população, para muitos é impossível aceitar sua homossexualidade sem apoio da família

[\(El País | 04/07/2020 | Por Virginia López Enano\)](#)

Alejandra (nome fictício) [gosta de roupas masculinas](#), mas precisa de ajuda para ir a uma loja. Se a família não gostar da peça de roupa que ela escolheu, não a compra. Tem cerca de 40 anos e quer tingir o cabelo. Tampouco pode. Seu corpo não lhe responde e seus desejos se extinguem se, ao verbalizá-los, seus pais se recusam a cumpri-los. O que jamais confessou a eles é que tem atração por garotas. Ela mesma mal sabe o que isso significa. O armário de Alejandra tem um fundo duplo, em um deles guarda sua [homossexualidade](#). No outro, sua [deficiência intelectual](#).

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

O que é o capacitismo e como enfrentar essa forma de discriminação?

Conversamos com duas mulheres com deficiência sobre o tema, ainda pouco debatido no Brasil

[\(Celina/O Globo | 24/06/2020 | Por Raphaela Ramos\)](#)

Diversas [formas de discriminação como o racismo](#), o machismo e a homofobia têm sido colocadas em pauta nos últimos anos. Mas você já ouviu falar sobre o capacitismo? Esse conceito, ainda pouco conhecido no país, se refere ao preconceito contra pessoas com deficiência.

A doutoranda em Psicologia Social e membro do Núcleo de Estudos sobre Deficiência da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Karla Garcia Luiz, de 35 anos, explica que o termo capacitismo é recente na língua portuguesa, tendo sido traduzido pela pesquisadora Anahí Mello, também da

UFSC, mas é utilizado desde o início dos anos 2000 na literatura estrangeira.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Coletivo Feminista Helen Keller lança guia para mulheres com deficiência no Brasil

Objetivo é passar informações sobre direitos e oferecer um lugar de fala para esta população

[\(O Estado de S.Paulo | 26/05/2020 | Por Camila Tuchlinski\)](#)



Clique na imagem para fazer o download do guia.

Como alcançar mulheres com deficiência que, muitas vezes, não encontram sua luta representada? Como dizer para elas que não estão sozinhas na busca por informação e qualidade de vida?

Essas são algumas das propostas trazidas pelo [Coletivo Feminista Helen Keller](#) no guia especial para mulheres com deficiência no Brasil, lançado nesta segunda-feira, 25. Intitulado [Mulheres com Deficiência: Garantia de Direitos para Exercício da Cidadania](#), o documento também faz articulação e ação política para o exercício da própria cidadania.

O movimento faz parte da ação “Ampliar a relevância, o reconhecimento e o impacto da atuação das OSCs no Brasil”, parceria da ABONG, CAMP, CESE e CFEMEA, iniciativa apoiada pela União Europeia.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

Advogadas rebatem fala de Moro de que homens recorrem à violência por se sentirem intimidados

Para ministro, “crescente papel da mulher” na sociedade gera o sentimento.

[**\(Migalhas, 07/08/2019 - acesse no site de origem\)**](#)

O ministro da Justiça **Sergio Moro** justificou parte da violência contra as mulheres por um sentimento de intimidação dos homens diante do “crescente papel da mulher em nossa sociedade”.

A controversa fala foi proferida nesta quarta-feira, 7, durante assinatura de pacto do governo Federal para o combate à violência contra a mulher. A fala foi reproduzida no perfil do Twitter do ministro:



Sergio Moro ✓

@SF_Moro

Seguir

Talvez nós, homens, nos sintamos intimidados pelo crescente papel da mulher em nossa sociedade. Por conta disso, parte de nós recorre, infelizmente, à violência física ou moral para afirmar uma pretensa superioridade que não mais existe.

11:18 - 7 de ago de 2019

1.438 Retweets 14.921 Curtidas



5,5 mil 1,4 mil 15 mil



Sergio Moro ✓ @SF_Moro · 4 h

O mundo mudou. Temos muito a aprender. Diz isso não o Ministro, mas o filho, marido e pai de mulheres fortes.

797 1,5 mil 16 mil

Advogadas de todo o país contestaram o raciocínio do ministro:

“Lamentável que no dia que a lei Maria da Penha completa 13 anos nosso Ministro da Justiça preste esse desserviço ao combate à violência contra a mulher. A violência doméstica e familiar contra mulher é a mais visível e radical forma de manifestação do machismo. Um homem acreditar que poder agredir física ou psicologicamente uma mulher por ser mulher. E Moro, Ministro da Justiça, publica uma manifestação dessa. A frase Moro contém tantos estereótipos machistas que podemos nos impressionar com a capacidade dele de condensar tantos absurdos em um texto tão curto. Ainda termina falando da “superioridade masculina que não mais existe”, como se um dia tivesse existido. Muito lamentável.” Daniela Borges - Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada do Conselho Federal da OAB

“Nada justifica a violência do homem contra a mulher. Mas quando o homem transforma sua insegurança, sua instabilidade em violência significa que ele está utilizando suas masculinidades tóxicas e ultrapassadas, que devem ser substituídas por novas masculinidades. A masculinidade do companheirismo, da divisão de tarefas, da segurança, de compartilhar as coisas com a mulher e com a família. E isso vai ajudar no desenvolvimento da família e no desenvolvimento da sociedade” Nildete Santana de oliveira - OAB/DF

“A violência contra a mulher sempre existiu e sempre foi naturalizada pelo machismo estrutural da sociedade. Se não reconhecermos isso teremos dificuldades de elaborar políticas públicas eficazes para combatê-la.” Estela Aranha - conselheira da OAB-RJ

“A culpa pela violência contra mulher não é dela, mas do machismo estrutural refletido no raciocínio inaceitável do ministro da justiça.” Marisa Gáudio - Diretora de mulheres e pres da comissão OAB Mulher RJ

“Absolutamente absurda a fala do Ministro da Justiça, notadamente em um país que apresenta altos índices de violência contra a mulher. O Ministro, que se diz tão preocupado com a violência e com o combate da criminalidade, naturaliza os crimes praticados contra as mulheres ao justificar as condutas dos homens agressores.” Margarete Pedroso - membro Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP

“Inaceitável que um Ministro da Justiça naturalize a violência contra a mulher como uma reação dos homens “inseguros” ou “desatualizados” à emancipação feminina. Pior ainda é chamar de “intimidação” a luta das mulheres por igualdade. Tais palavras assumem ainda maior gravidade, quando consideramos que proferidas por um ex-juiz, presumivelmente conhecedor dos tratados de direitos humanos e da Constituição brasileira, que desde o século passado protegem as mulheres contra toda forma de discriminação e as reconhecem como iguais aos homens em direitos e liberdades.” Gabriela Shizue Soares de Araujo - advogada, professora e coordenadora da extensão na Escola Paulista de Direito.

“A fala do Ministro escancara o machismo estrutural. Primeiro ele parte do pressuposto de que em algum momento o homem foi superior à mulher,

depois naturaliza a violência de gênero ao dizer que os homens estão se sentindo intimidados pelas mulheres. Tal afirmação é uma afronta a todas as mulheres que desde sempre sentem na pele os efeitos perversos do machismo e da violência de gênero. Além disso, ao relacionar a violência contra as mulheres à emancipação feminina, o Ministro desconsidera por completo a razão de existir do movimento feminista que tem no seu DNA a luta contra a violência de gênero e a cultura do estupro. Luta essa histórica. E por fim a disparidade de poder entre as mulheres e os homens está na raiz da violência de gênero e não o empoderamento feminino.” Marina Dias - advogada criminal e diretora executiva do IDDD

“O Ministro Sérgio Moro faz referência a uma preexistente superioridade masculina que nunca existiu. Somos todos iguais: homens, mulheres, cis, agênero, transgênero, binários. Somos todos seres humanos. Somente quando o homem começar a pensar fora da caixa, do padrão histórico preestabelecido, veremos mudanças efetivas no machismo estrutural que cerca a sociedade brasileira. Essas infelizes declarações são inaceitáveis partindo de um Ministro de Estado e demonstram sua falta de sensibilidade sobre a construção da igualdade entre as pessoas. A Lei Maria da Penha está em vigência há 13 anos, mas ainda é fundamentalmente necessária, o que apenas demonstra o atraso da população brasileira que é originalmente machista e preconceituosa.” Marcela Fleming S. Ortiz - advogada criminalista, sócia do Borges, Ortiz advogados.

“São gravíssimas as declarações de Sergio Moro, sobretudo na ocasião do 13 aniversário da Lei Maria da Penha, um verdadeiro marco histórico no combate à violência doméstica, que, mesmo após tantos anos de vigência, não é cumprida de forma plena e efetiva. Nos dizeres daquele que ocupa o cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública, vemos a mulher vítima de violência doméstica ser realocada à figura de culpada. Não há dúvidas de que tamanho desacerto incita o ódio às mulheres, além de demonstrar o grau de incompreensão da luta pela igualdade de direitos entre os gêneros, reflexo do despreparo do governo atual frente a temas tão importantes.” Izabella Hernandez Borges - advogada criminalista

“A afirmativa do Ministro Moro revela que ele nada sabe sobre democracia e

relações igualitárias entre homens e mulheres. Não compreende a sociedade que vive e tampouco o patamar civilizatório que a humanidade estabeleceu. Recomendo fortemente a leitura, ao menos, dos tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil, acrescido de pesquisas realizadas no âmbito de vários ministérios, que mostram os graves índices de violência contra as mulheres. Moro reproduz a reverbera o discurso da violência contra as mulheres ao impingir à elas a violência que elas sofrem, pretendendo justificar o injustificável. O ministro desconhece que vivemos sob o auspício de uma sociedade que não mais aceita as relações desiguais e verticalizadas de gênero e que as mulheres não aceitam a coisificação de seus corpos. Mas o que ele não sabe é que somos resistentes e libertárias. Ministro da justiça que incita a violência deveria se retirar o quanto antes para não causar mais males as mulheres brasileiras.” Kenarik Boujikian - desembargadora aposentada TJ/SP, cofundadora da Associação Juízes para a Democracia

“Os homens que batem em mulheres o fazem porque são agressores violentos, criminosos que muitas vezes têm certeza da impunidade. O Ministro Sérgio Moro “acha” - com uma linha de raciocínio que lhe é peculiar - que o problema da mulher agredida é a mulher. Lamentável.” Eloisa Machado - Professora da FGV -SP

“Será que ao dizer que o processo de emancipação feminina fragiliza o homem que reage de forma violenta por conta da insegurança que estamos causando neles o Ministro acha que está valorizando a mulher que foi vitimada pela violência masculina? Por favor, esse raciocínio quer criar empatia com o agressor e minimizar uma opressão milenar. Talvez valesse um pouco de leitura histórica sobre o assunto.” Adriana Faria - advogada

“A afirmação do Ministro da Justiça sobre o por quê da violência contra a Mulher espanta, mas vindo dele não surpreende. A linha de raciocínio de Moro para além de machista e misógina é imoral, uma vez que justifica o fato de os homens agredirem as Mulheres em função da emancipação feminina. Isso, além de uma mentira, por que se assim fosse não teria havido violência contra a Mulher na geração de nossas avós, é também uma verdadeira apologia à violência contra nós. Moro tentou justificar o injustificável da pior

forma possível e cada vez mais mostra sua verdadeira face.” Angelita da Rosa
- Advogada e Procuradora Geral do Município de São Leopoldo

“Não se pode naturalizar que a culpa pela violência sofrida é por uma reação ao que o homem sente em relação à mulher. A vítima nunca tem culpa!” Evelyn Melo Silva - Advogada

“Moro justifica a violência contra mulheres a uma suposta insegurança dos homens com o fortalecimento feminino. Nós apresentamos outros motivos para isso. Entre eles a naturalização de atos violentos por frases como essa do Ministro.” Samara Castro - advogada.

Mulheres surdas não conseguem denunciar violência doméstica por falta de intérpretes

‘Nunca tive a possibilidade de me comunicar na minha própria língua’, conta uma das portadoras de deficiência auditiva que encontrou dificuldades para denunciar a agressão

[\(O Globo, 14/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Depois de quase cinco anos sofrendo com a violência de seu marido, Carla* precisou de três tentativas — em 2014, 2017 e neste ano — para conseguir encaminhar um pedido de medida protetiva na Delegacia da Mulher do Rio. Sua surdez impedia a comunicação com os funcionários, já que o local não conta com um intérprete para auxiliar portadores de deficiência auditiva. Devido à demora do processo — também por falta de testemunhas —, ela voltou a sofrer agressões e pensou que fosse morrer antes de conseguir a medida.

— Na polícia, não havia intérprete para me auxiliar. Tive de fazer o registro escrito, de um jeito bem informal, fazendo mímica. Me senti exposta — disse ela, por meio de uma intérprete. — Se eu vou até lá é porque realmente estou precisando de ajuda. Tem de haver um apoio humano e tecnológico.

Com a ajuda de uma profissional que se voluntariou para intermediar a comunicação, Carla finalmente conseguiu, no mês passado, que a polícia encaminhasse o pedido à Justiça para restringir o acesso de seu ex-companheiro a ela.

Sua demanda ainda não foi julgada, mas, mesmo se ela conseguir a medida protetiva, diz que continuará desprotegida e dependente de outros caso seu agressor volte a ameaçá-la.

— Eu não tenho autonomia. Se eu vir ele chegando, me ameaçando ou algo do tipo, vou ter que mandar mensagem pedindo para alguém chamar a polícia.

A falta de intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) em delegacias, hospitais e outros órgãos públicos é uma dificuldade adicional para as deficientes auditivas que precisam registrar agressões domiciliares.

Carla chegou a procurar também a Defensoria Pública do Rio, mas não obteve a ajuda necessária. Segundo Pedro González, coordenador do Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência, a DP não disponibiliza um intérprete porque essa obrigação é da delegacia.

A Polícia Civil informou que, embora não haja intérpretes exclusivos para atendimento a portadores de deficiência auditiva, todos os casos são encaminhados para solução. Disse ainda que estuda como melhorar esse tipo de atendimento.

Sem a ajuda do poder público, Carla só conseguiu fazer a denúncia com a ajuda de Lygia Neves, também surda, que encontrou uma tradutora voluntária.

Lygia, que já foi vice-coordenadora da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, diz que as dificuldades das mulheres surdas são

pouco discutidas.

— A Carla conseguiu uma intérprete só porque ela se voluntariou. Não era uma obrigação dela, esses profissionais cobram por hora. O certo seria o governo pagar — afirma Lygia.

Ela destaca a importância das testemunhas, que precisam ter coragem de falar por quem não tem voz na justiça, e afirma que o Rio deveria ter um local especializado para lidar com essas questões, como há em São Paulo e em Belo Horizonte, que têm delegacias para pessoas com deficiência.

No Rio, quem precisa desse auxílio pode recorrer à Central Carioca de Intérpretes de Libras, serviço da prefeitura que funciona sob agendamento. Desde o ano passado, no entanto, a central conta com apenas três intérpretes para atender a todo o município do Rio.

Serviço da prefeitura que disponibiliza intérpretes de Libras funciona com número reduzido de funcionários

A Central Carioca de Intérpretes de Libras que tem como missão acompanhar as pessoas com deficiência auditiva e intermediar a comunicação nos órgãos públicos através de tradutores de Libras (Língua Brasileira de Sinais), mas no momento o serviço está paralisado. Por questões contratuais o número de intérpretes foi reduzido, e a central conta agora com apenas três intérpretes para atender todo o município do Rio.

Esse é um serviço da Subsecretaria da Pessoa com Deficiência da Prefeitura do Rio de Janeiro que funciona mediante agendamento, que pode ser feito através do telefone, Whatsapp ou pelos equipamentos acessíveis disponibilizados em dez bairros do município. A pessoa que necessita de intérprete pode solicitar um acompanhamento para diversos locais, como lojas, bancos, hospitais ou delegacias.

A sede funcionava na Subsecretaria da Pessoa com Deficiência, mas por uma questão contratual, foi dividida em polos, atualmente localizados em Vila Isabel, Campo Grande e São Conrado, e conta com apenas três intérpretes para atender toda a demanda da cidade.

A Central Carioca de Intérpretes de Libras informou que costumava contar com cerca de dez intérpretes, e agora funciona com número reduzido devido aos contratos que venceram em agosto do ano passado. A previsão é que haja um chamamento público em julho desse ano. Até lá os tradutores permanecem sobrecarregados e o serviço não opera mais com demanda espontânea, que é o atendimento imediato sem a necessidade de agendamento.

A intérprete Alyne Medeiros, de 30 anos é uma das três que ainda permanecem na Central Carioca de Intérpretes de Libras. Ela disse que, por conta do número reduzido, se um surdo precisa de auxílio com urgência, ela entra em contato com a pessoa que já tem um atendimento agendado para estudar a possibilidade de remarcar para tentar priorizar os casos de denúncia de agressão, por exemplo.

Alyne disse que nunca atendeu um caso de violência contra mulheres surdas, mas sabe que seus companheiros de trabalho já lidaram com isso algumas vezes.

Giulia Costal, estagiária, sob supervisão de Cristina Fibe

**O nome da vítima foi alterado para preservar sua identidade*